

# Secretarias de Estado

## Ministério da Justiça

### CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA PENITENCIÁRIA

ATA DA 12<sup>a</sup> REUNIÃO DO CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA PENITENCIÁRIA  
REALIZADA EM 15.06.81

Às nove horas do dia quinze de junho de hum mil novecentos e oitenta e hum, reuniu-se o Conselho Nacional de Política Penitenciária - CNPP, no quarto andar do Edifício Sede do Ministério da Justiça, sala quatrocentos e setenta. O Senhor Presidente deu início aos trabalhos com a presença dos Senhores Conselheiros JOSÉ DE SIQUEIRA SILVA, FRANCISCO DE ASSIS SERRANO NEVES, SÉRGIO MARCOS DE MORAES PITOMBO, JASON SOARES ALBERGARIA, BENJAMIN MORAES FILHO, NEGI CALIXTO, ANTONIO ZAPPALÁ, ALCÉO MORAES ALMEIDA, ABELARDO DE ARAÚJO JUREMA, NABOR CESAR SIQUEIRA e HEBER SOARES VARGAS. Atendendo a convite do Senhor Presidente compareceram ainda, à sessão da tarde, os Professores JOSÉ CARLOS DE AZEVEDO, EUCLIDES PEREIRA DE MENDONÇA, LUIZ VICENTE CERNICCHIARO e FRANCISCO DE ASSIS TOLEDO, respectivamente Reitor da Universidade de Brasília, Chefe do Gabinete do Ministro da Justiça, Desembargador do Distrito Federal e Coordenador da Reforma Penal. Aberta a sessão o Senhor Presidente submeteu a ata da 11<sup>a</sup> reunião do CNPP ao Colegiado que a aprovou por unanimidade, e em seguida comunicou as justificativas de impedimento que motivaram ausências dos Senhores Conselheiros EVERARDO DA CUNHA LUNA, RICARDO ANTUNES ANDREUCCI, RENÉ ARIEL DOTTI e JOSÉ DANTON DE OLIVEIRA, todos representados por seus suplentes os quais integram o "quorum" da reunião epígrafe. Em assuntos gerais O Senhor Presidente informou ao Plenário sobre os expedientes tramitados no CNPP no período compreendido entre quatorze de maio a doze de junho corrente, a seguir discriminados: 1) sugestões ao Código Penal, oriundas de diversos Estados da Federação, destacando-se as do Rio de Janeiro, procedentes da Secretaria de Estado de Segurança Pública, da Associação das Autoridades Policiais, da UERJ, da Associação Internacional de Juizes de Menores e de Família, do Desembargador Ernesto Borges, do Juiz de Direito Silvio Teixeira, dos Promotores Neje Hamaty e Lia Pantoja Milhomens e do Tribunal de Alçada Criminal; de São Paulo, procedente da Comissão do Tribunal de Justiça e da Procuradoria Geral do Estado; de Minas Gerais, procedentes da Comissão do Ministério Público, da Universidade Federal de Juiz de Fora e do Conselho de Criminologia e Política Criminal; do Distrito Federal, procedente do Presidente do Conselho Federal de Entorpecentes do Ministério da Justiça; de Mato Grosso, procedente do Conselho Penitenciário; de Santa Catarina, procedente do Desembargador Marcilio Medeiros; do Pará, procedente do Tribunal de Justiça; de Sergipe, também procedente do Tribunal de Justiça; além das sugestões mencionadas o CNPP recebeu ainda a seguinte correspondência: a) de Mato Grosso do Sul, expedientes solicitando o exame de Projetos referentes a Cursos de Formação e a reconhecimento de Curso de Criminologia; b) do Patronato Lima Drumond, de Porto Alegre, solicitando apoio ao desempenho de seus objetivos; c) do Conselheiro René Ariel Dotti, encaminhando cópia de Telex procedente do Instituto dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo, solicitando publicações do Código de Processo Penal e da Lei de Execução Penal; d) "Personalidade Criminal" - publicação científica - subscrita pelo Eminentíssimo Conselheiro Everardo da Cunha Luna; d) do DEPEN, ofício nº 539, encaminhando relatório de inspeção realizada no Estado de Minas Gerais. No período mencionado o Senhor

Presidente baixou a Resolução nº 03/81, constituindo Comissão para proceder a estudo sobre AMPARO AO PRESO, visando condições que compatibilize a execução da pena com a reeducação profissional empresarial, reinserção social, oferta de oportunidade de trabalho remunerado e atendimento jurídico. Antes de iniciar os trabalhos contidos na ordem do dia o Senhor Presidente comunicou a passagem do primeiro ano de atividades do CNPP, ocasião em que formulou agradecimentos aos Conselheiros presentes pela convicção e idealismo com que participaram dos diversos objetivos empreendidos pelo Conselho. A seguir o Senhor Conselheiro BENJAMIN MORAES FILHO hipotecou ao Senhor Presidente, votos de louvor pela coerência com que vêm conduzindo os trabalhos do CNPP, proposição esta, apoiada por todo o Colegiado. Dando prosseguimento à reunião, o Senhor Presidente passou a palavra ao Senhor Conselheiro SÉRGIO MARCOS DE MORAES PITOMBO que apresentou significativas sugestões para as providências iniciais determinadas na Resolução CNPP que trata do AMPARO AO PRESO. O conteúdo da sugestão enfoca parte da pesquisa realizada na Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso em São Paulo e premissas que poderão nortear o trabalho da Comissão que estuda o assunto. O pleno conteúdo do relatório é o que se segue: "Senhor Presidente, Senhores Conselheiros - em reunião anterior, o Conselheiro Ricardo Antunes Andreucci relatou, em breves linhas, a atividade da "Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso", entidade vinculada à Secretaria de Justiça do Estado de São Paulo. Parece conveniente amadurar o tema e oferecer algumas sugestões, a título de colaboração inicial à Comissão, incumbida de proceder a estudo, ubiqüado em mesmo sentido e recém-criada pela Resolução nº 03, de 29 de maio de 1981, desta Presidência. São meras idéias iniciais, menos que um ponto de partida e como tais devem ser recebidas. A aludida Comissão, como é obvio, saberá encontrar soluções mais oportunas e convenientes. O substrato temático, na verdade, encontra-se na execução penal. Em face da reforma penal em andamento, vêm se entendendo que o objetivo primeiro ou imediato da execução acha-se em alcançar a repressão e a prevenção do delito. O objetivo segundo, ou mediato estaria na educação e assistência ao condenado, para que, no futuro encontre facilitado o trabalho, como dever social e condição da própria dignidade humana. É por isso que se busca vê-lo mais como um direito do preso, do que um dever do condenado, às penas privativas de liberdade. As vantagens da laborterapia não necessitam aqui serem apontadas. A questão sempre se coloca na organização do trabalho e na remuneração do setenciado às penas mencionadas. Em 1976, concebeu-se a idéia de modificar o sistema de trabalho e de remuneração, a contar de alteração fundamental; "o setenciado deveria ser melhor remunerado, em função do trabalho executado e deveria deixar de ser mero artesanato, para converter-se em industrial, utilizando-se o grande potencial existente nos Institutos Penais. O caráter empresarial, conferido à nova sistemática permitiria o aproveitamento máximo dessa potencialidade e a produção poderia ser comercializada em grande escala, competitivamente, no mercado convencional". - (mensagem nº 143, do Sr. Governador do Estado de São Paulo, encaminhando o Projeto de Lei nº 402/76). Com isto pretendia-se melhorar a disciplina, gerando efetivo interesse pelo trabalho. Além do que a remuneração do condenado aumentada atenderia melhor a sua família e a si mesmo. Tais idéias concretizaram-se na Lei nº 1.238 de 22 de dezembro de 1976, a qual autorizou o Poder Executivo a instituir a "Fundação Estadual de Amparo ao Trabalhador Preso". A aludida Fundação, hoje implantada, tem por objetivo contribuir para a recuperação social do preso e para a melhoria de suas condições de vida, mediante a elevação do nível de sanidade física e moral, de seu adiestramento profissional e do oferecimento de oportunidade de trabalho remunerado, tendo em vista os parâmetros de rendimento, compatibilidade, mercado, aperfeiçoamento técnico e pesquisa. Recebeu Tal Fundação dotação inicial de Cr\$ 500.000,00 (quinhentos mil cruzeiros), provenientes do Tesouro estadual, deixando-se-lhe aberta a possibilidade de receber doações de qualquer espécie, para acrescer-lhe o patrimônio. Os órgãos que a compõem são: um Conselho Curador de largo espectro profissional e natureza deliberativa e a Presidência, órgão executivo das deliberações do Conselho. O Decreto nº